

DIREITOS HUMANOS IMPORTAM

**EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DOS
DIREITOS HUMANOS**



No dia 10 de dezembro é celebrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em reconhecimento à data em que foi oficializada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em Paris, no ano de 1948.

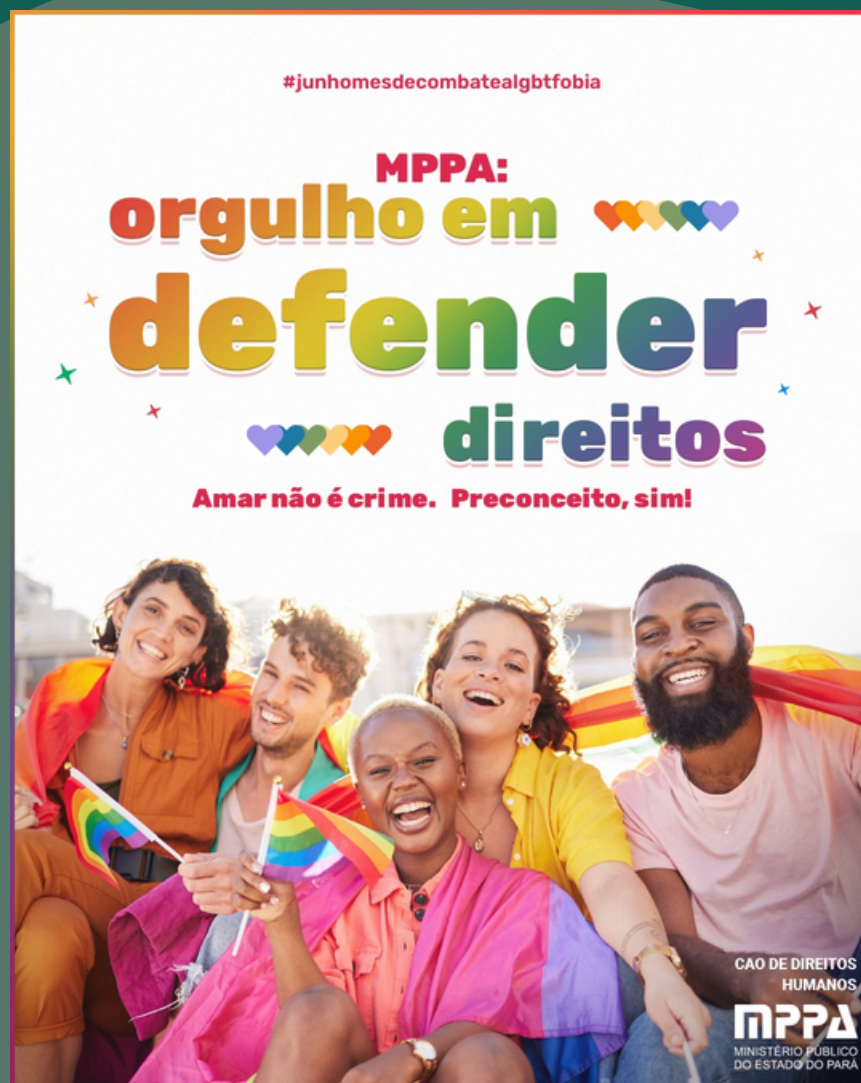
Nesse sentido, o Ministério Público do Estado do Pará vem, por meio do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e seus núcleos, apresentar algumas de suas ações em defesa dos Direitos Humanos no ano de 2023.

Instituído na gestão do Procurador Geral de Justiça César Bechara Mattar Jr., por meio da Resolução 004/2021-CPJ, o CAODH representa um avanço no cenário institucional do MPPA, não somente no que diz respeito ao cumprimento de sua missão constitucional, como agente transformador da realidade, por meio da tutela intransigente dos direitos fundamentais, mas também no contexto estadual, já que a aproximação com os movimentos sociais vem em resposta aos reclamos, que já se faziam sentir desde há muito, de grupos histórica e socialmente vulnerabilizados em nosso Estado, como é o caso, por exemplo, da população negra, dos povos tradicionais e da comunidade LGBTI+.



CAMPANHA DE COMBATE À LGBTFOBIA

No mês do orgulho o MPPA, por meio do CAODH, lançou campanha de combate à LGBTfobia com dois objetivos principais: (i) internalizar a pauta no âmbito da instituição, considerando os novos avanços jurídicos quanto à população LGBTI+, a fim de guiar a atuação dos Promotores e Promotoras de Justiça; (ii) demonstrar, para a sociedade civil, de quais formas o MP pode atuar no combate às violências percebidas pelo grupo.



A campanha contou com: a divulgação de cards e vídeos com pessoas pertencentes à comunidade e que atuam no sistema de justiça; a realização de uma roda de conversa entre o movimento social e o Poder Público no município de Santarém; a abertura de uma live com a sociedade civil para elucidar a atuação do MPPA; e o desenvolvimento de um Projeto de Identidade e Diversidade Social, mediante parceria entre o Núcleo Mulher e a Escola D. Pedro I.

PARCERIA COM O CAODPP: REVISTINHA DA TURMA DA MÔNICA

Elaboração de revista da Turma da Mônica, voltada ao público infanto-juvenil, em parceria com o Instituto Maurício de Sousa e o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal, sobre direitos humanos, especificamente acerca do combate ao racismo, e ética.



Seu lançamento ocorreu em uma ação integrada focada na defesa dos direitos humanos, na Escola Municipal Santana do Tucumanduba, na cidade de Soure, localizada na Ilha do Marajó. Na ocasião, a revista foi apresentada a mais de 100 crianças. Outras ações levaram o exemplar para o público, como por exemplo, na Feira do Livro de 2023 e na visita da Escola Estadual Casa da Criança Santa Inês.



MPPA SEDIU 71ª REUNIÃO DO CNDH COM PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS SILVIO ALMEIDA

O MPPA sediou a 71ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) nos dias 3 e 4 de agosto, em Belém. O evento, parte dos "Diálogos Amazônicos", contou com a presença do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, e das Promotoras de Justiça Ana Cláudia Pinho, Bethânia Corrêa e Eliane Moreira, representando o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do MPPA.



O encontro teve como principal objetivo discutir estratégias para enfrentar os desafios relacionados aos direitos humanos na Amazônia, com foco especial em questões ambientais, mudanças climáticas, violência urbana e rural. A escolha do estado do Pará como sede da reunião se deu em razão da necessidade de atuação estratégica do governo federal na região.

CASAMENTO COMUNITÁRIO LGBTI+

O Ministério Público do Estado do Pará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a ONG Olivia e a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), realizaram um Casamento Comunitário LGBTQIA+, ocorrido no auditório José Vicente Miranda Filho, localizado no Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA.



**01
Dez**

**CASAMENTO
COMUNITÁRIO
LGBTQIA+**

Inscrições abertas para casais até 30/09/23

Local para entrega dos documentos de habilitação:
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do
MPPA
Rua João Diogo, n.º 100, Cidade Velha, CEP 66015-160,
Belém - PA

Lista dos documentos necessários 

Informações:
(91) 98871-2124 (CAODH)

Realização:  

A cerimônia oficializou o matrimônio de 11 casais e contou com falas direcionadas à proteção dos Direitos Humanos da comunidade LGBTQIA+ da Promotora de Justiça Ana Claudia Pinho, do Juiz de Direito Agenor Andrade, da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, Simmy Larrat, bem como de representantes de diversas outras entidades.

PARCERIA COM O CAOMA: NOTA TÉCNICA SOBRE O MERCADO DE CARBONO

Elaboração de Nota Técnica para proteção de direitos de comunidades tradicionais e povos indígenas no contexto do mercado de carbono, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente - CAOMA e o Ministério Público Federal - MPF. Apontou-se a incidência de cláusulas abusivas ou ilegais, além da ausência de observância ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, e problemas relativos à ausência de transparência, negociação de créditos de carbono em terras públicas, ilegalmente apropriadas por terceiros, em aproximação ao conceito socialmente construído de “grilagem de terras”.



NOTA TÉCNICA SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Elaboração de Nota Técnica com o objetivo de uniformizar a atuação institucional do MPPA, seguindo as determinações existentes na decisão em medida cautelar da ADPF 976 do Supremo Tribunal Federal e nas orientações do CNMP.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

NOTA TÉCNICA n.º 03/2023

Assunto: MEDIDA CAUTELAR NA ADPF 976 e “o estado de coisas inconstitucional concernente às condições desumanas de vida da população em situação de rua no Brasil”.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, nos termos do artigo 9º, inciso IV, da Resolução 004/2021- CPJ, de 05 de agosto de 2021, a fim de fornecer subsídios à atuação institucional, respeitada a independência funcional do respectivo membro do MPPA (órgão de execução), elaborou a presente **NOTA TÉCNICA**.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976 foi proposta pelos Partidos REDE SUSTENTABILIDADE, PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) e pelo MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) em face de diversos entes da federação, em razão do “estado de coisas inconstitucional concernente às condições desumanas de vida da população em situação de rua no Brasil”.

Em síntese:

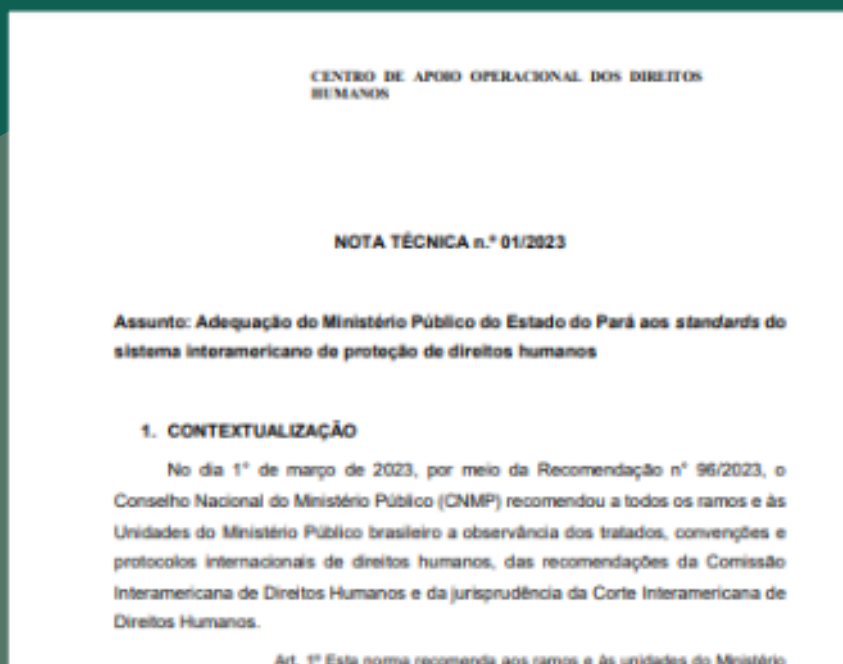
Os partidos argumentam que a conjuntura precária vivida pela população em situação de rua decorre de omissões estruturais e relevantes do poder público, sobretudo atribuíveis ao Poder Executivo – em seus três níveis federativos –, mas também ao Poder Legislativo, em razão de lacunas na legislação e de falhas na reserva de orçamento público em quantum suficiente para concretizar tais direitos.

Na exordial apontam que pessoas em situação de rua encontram-se em condição de fragilidade, incerteza, provisoriidade e precariedade, sendo que o Poder Público tem deixado de cumprir os preceitos constitucionais relativos à saúde, moradia, vida digna e alguns princípios, entre os quais o da eficiência. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal (1ª Turma), Medida Cautelar

A NT trata da necessidade do MPPA se adequar a Política Nacional da População em Situação de Rua e as determinações estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976/2023, uma medida cautelar que trata do estado de coisas inconstitucional concernente às condições desumanas de vida das pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia no Brasil.

MATERIAIS SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Elaboração de Nota Técnica com o intuito de adequar a atuação dos Promotores e Promotoras de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará aos *standards* do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos.



Com base na nota técnica, elaborou-se uma cartilha informativa acerca do funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, bem como dos casos que envolvem o Brasil e o Estado do Pará na Corte Interamericana de Direitos Humanos. É de suma importância a elaboração de materiais quanto à observância dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no âmbito do Ministério Público, tendo em vista a necessidade de adequar a atuação dos membros ao disposto internacionalmente.



AÇÃO INTEGRADA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NA ILHA DO MARAJÓ

O evento foi promovido pelo MPPA, por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOIJ), Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC) e Núcleo Agrário e Fundiário (NAF).



Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará em Defesa dos Direitos Humanos

7, 8 e 9 de agosto de 2023, das 8h às 18h

**Escola Santana de Tucumanduba – Soure
Auditório Carlos Augusto Nunes Gouvêa**

Inscrições até 06/08
<https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

Evento voltado para movimentos sociais, integrantes das redes de proteção, membros, servidores, estagiários e sociedade em geral

CAO dos Direitos Humanos
Núcleo Mulher
Núcleo Agrário
CAO da Infância e Juventude
CAO de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal
Rede de Proteção à Criança e Adolescente. Rede de Proteção à Mulher
Rede de Proteção aos Indígenas. Rede de Proteção à Mulher Indígena
Rede de Proteção aos Quilombolas

NIERAC
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Ceaf

Contou com realização de ação integrada de diversos setores do órgão com programação voltada à defesa dos direitos humanos na Ilha do Marajó. Não obstante, houve a escuta qualificada dos movimentos sociais na região com a aproximação da sociedade e o MPPA, sendo possível identificar as principais demandas relacionadas aos direitos humanos com o intuito de traçar políticas institucionais.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ARNS SOBRE CONFLITOS NO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ

A Comissão ARNS, organização da sociedade civil com intensa atuação na defesa dos direitos humanos, convidou o Ministério Público do Estado do Pará, por meio do CAODH, para uma agenda pelo sul do Pará e em Belém. A delegação da comissão chegou ao Pará com a finalidade de visitar territórios marcados pela violência no campo, nos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, Anapu, Altamira e Belém.

O Relatório “Pará – Sem Justiça não Há Paz” da Comissão ARNS, fruto dessa visita, foi entregue em Brasília aos Ministros Flávio Dino e Silvio Almeida e à Ministra do STF, Rosa Weber. O documento traz recomendações para o enfrentamento da violência e dos casos de impunidade nas regiões sul e sudeste do estado do Pará.



NÚCLEO MULHER: REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PARCERIAS QUE VISAM O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

As Promotoras de Justiça, Luziana Barata Dantas, coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, e Viviane Lobato Sobral, coordenadora-adjunta, representando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), reuniram-se com representantes de diversas instituições com intuito de empoderar mulheres e capacitar os Promotores de Justiça do MPPA.



Dentre as diversas ações, podemos mencionar: 1) promoção de curso sobre importância de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher; 2) reunião com a Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, conhecida por sua atuação contra a violência sexual contra a crianças e adolescentes na região do Marajó; 3) realização de curso sobre novas perspectivas no combate à violência contra a mulher



NAF: REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SEMINÁRIOS, ATIVIDADES E INSPEÇÕES RELACIONADOS AS QUESTÕES AGRÁRIAS E FUNDIÁRIA DO PARÁ

A Promotora de Justiça Ione Nakamura, coordenadora do Núcleo Agrário e Fundiário, representando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), realizou diversos eventos e inspeções relacionados a solução pacífica e consensual de conflitos no campo.



Dentre as diversas ações, podemos mencionar: 1) promoção de roda de diálogo com comunidades indígenas, quilombolas e empresas; 2) três dias de atividades no Território Quilombola Jambuaçu; 3) realização de palestra sobre conflitos agrários e fundiários aos novos delegados do Pará; 4) participação em Mesa Quilombola do ITERPA que celebrou entrega de titulações de terra à comunidades quilombolas



NIDE: REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SEMINÁRIOS ATIVIDADES RELACIONADOS AOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA

A Promotora de Justiça Tatiana Granhen, coordenadora do Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, representando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), realizou e participou de diversos eventos relacionados a promoção da acessibilidade e luta das pessoas com deficiência no Estado do Pará.



Dentre as diversas ações, podemos mencionar: 1) promoção de seminário sobre inclusão no mercado de trabalho para pessoas com deficiência; 2) promoção de evento alusivo ao Dia Nacional da Acessibilidade; 3) participação em conferência nacional sobre acessibilidade no meio urbano; 4) palestra no II Congresso Regional das APAEs do Pará



NIERAC: REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SEMINÁRIOS ATIVIDADES E PROJETOS RELACIONADOS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO RACIAL

A Promotora de Lilian Braga, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, representando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), realizou e participou de diversos eventos e projetos relacionados a promoção da igualdade étnico racial no Estado do Pará.



Dentre as diversas ações e projetos, podemos mencionar:

- 1) Seminário sobre educação antirracista, celebrando o primeiro ano da Afroteca Willivane Melo;
- 2) Realização de seminário "Ubuntu" para promover políticas públicas e fomentar a igualdade étnico racial na Amazônia;
- 3) seminário sobre racismo algorítmico e letramento racial

